

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO DE CIÊNCIAS

LÊDA BARRETO SANTOS REIS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

DANIELE FARIAS FREIRE RAIC

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que busca investigar as produções discursivas em torno dos temas gênero e sexualidade, nas aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental. Considera que gênero e sexualidade são conceitos construídos através das práticas sociais e culturais e, por isso, esse trabalho problematiza o ensino em que predomina a visão biológica desses temas na prática escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, privilegiando a compreensão do problema-objeto em suas multiplicidades. Tem como *locus* uma escola municipal no município de Jaguaquara-BA contando com a participação de professores e estudantes. Entretanto, para na feitura desse texto recorre a pesquisa bibliográfica a fim de melhor se aproximar de outros estudos que vão nessa mesma direção. Os achados até aqui ajudam a dizer que é imprescindível problematizar as práticas discursivas tanto quanto o modo como se ensina, desmistificando aprendizagens sólidas e verdades tidas como absolutas, cujos discursos vêm se constituindo como palavras de ordem (Foucault, 2012).

1655

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Ensino-Aprendizagem

Abstract

This article is part of an ongoing master's degree research that seeks to investigate discursive productions around the themes of gender and sexuality in science classes in the final years of elementary school. It considers that gender and sexuality are concepts constructed through social and cultural practices and, therefore, this work problematizes teaching in which the biological view of these themes predominates in school practice. This is a qualitative research approach, focusing on understanding the problem-object in its multiplicities. Its locus is a municipal school in the municipality of Jaguaquara-BA, with the participation of teachers and students. However, in writing this text, bibliographical research is used in order to better approach other studies that go in the same direction. The findings so far help to say that it is essential to problematize discursive practices as well as the way it is taught, demystifying

solid learning and truths considered absolute, whose discourses have been constituting slogans (Foucault, 2012).

Keywords: Gender, Sexuality, Teaching-Learning

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos estamos percebendo a emergência de diferentes grupos minoritários que vêm reivindicando direitos ou mesmo têm envidado esforços na direção de ressignificá-los, deixando visíveis os enfrentamentos dos preconceitos, das inúmeras formas de discriminação e da exclusão em diversos espaços sociais, inclusive na escola.

Quando se trata de questões relacionadas a gênero e sexualidade, os desafios se avolumam por encontrar discursos conservadores que insistem em permanecer e dissuadir a emergência de uma agenda de enfrentamentos sociais em defesa de uma sociedade mais plural. Ao longo dos anos, no cotidiano escolar, nos deparamos com crianças e jovens advindos de famílias homoafetivas ou mesmo vindos de famílias heterossexuais, que são tidos como “diferentes” dos ditos “normais”; são meninas com “modos de meninos”, ou meninos com jeitinho de “não sei não”... São inúmeros os desvios dos padrões heteronormativos que nos movimentam e nos impulsionam à necessidade de problematizarmos essas questões. Assistimos às falas de professores e estudantes que embora digam não serem preconceituosos, se mostram incomodados (e muitas vezes intolerantes) com as diferenças individuais, sem a menor preocupação ou respeito. Contudo, essas pessoas mesmo não se considerando preconceituosas, suas atitudes demonstram que, na maioria das vezes, elas têm uma visão reducionista e preconceituosa da diversidade. Esses comportamentos que poderiam ser facilmente considerados de homofóbicos são prejudiciais para as crianças e os adolescentes, que estão em fase de desenvolvimento e de formação de suas identidades e que, muitas vezes, são “enquadrados” em discursos conservadores, limitados e limitantes da diversidade.

Quando os professores e estudantes expressam explícita ou implicitamente seus preconceitos, eles podem contribuir para que essas crianças e adolescentes se sintam inseguras e discriminadas, deixando-as vulneráveis aos próprios discursos. O que se (re)afirma ou se admite normalizado sobre o que é “mulher” ou “homem”, nos leva às problematizações de tais discursos a fim de produzirmos novos sentidos e enunciados, afinal,

[...] não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1997, p. 100).

Tomamos Foucault como nossa referência inicial por assumimos que os discursos são produzidos social e historicamente situados, cujas significações são, também, relações de poder. Essas questões aqui sucintamente apresentadas nos instigam a buscar compreender em que medida as produções discursivas que emergem das práticas docentes em torno das questões de gênero e sexualidade no ensino de ciências se constituem em “palavras de ordem” nas práticas sociais dos estudantes nas séries finais do Ensino Fundamental, em uma escola municipal de Jaguaquara/BA.

Esse estudo, de abordagem qualitativa, vai ao encontro de caminhos metodológicos que possam favorecer melhor compreensão do objeto-problema que ora construímos. Aqui, para este trabalho, recorreremos à pesquisa bibliográfica a fim de nos aproximarmos de outros estudos que vão nessa direção.

1657

PROPOSTAS CURRICULARES EM FOCO: DESVENDANDO AS PRODUÇÕES DISCURSIVAS NA PRÁTICA ESCOLAR

A escola pode ser um espaço privilegiado para a promoção da diversidade e do respeito. É também na escola que as crianças e os adolescentes aprendem sobre o mundo e sobre si mesmos. Por isso, é fundamental que as escolas promovam uma educação inclusiva e respeitosa à diversidade.

A discussão de gênero e sexualidade nas políticas curriculares brasileiras começa a ganhar força na década de 1990, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN, propostos pelo Ministério da Educação (MEC), são documentos que orientam a elaboração dos currículos da educação básica no Brasil. No capítulo que trata da "Orientação Sexual", os PCN abordam a temática de gênero e sexualidade de forma transversal, ou seja, integrando-a aos conteúdos de todas as áreas do conhecimento. Os PCN propõem que a discussão em torno de gênero e sexualidade seja desenvolvida a partir de uma perspectiva que respeite a diversidade e a pluralidade, combatendo a discriminação e a violência. Neste documento a orientação sexual está relacionada à promoção dos direitos humanos, especificamente no que se refere à saúde, educação e informações e a não

discriminação, cujas instituições (família, escola, igreja, sociedade) exercem uma forte influência. A Orientação Sexual se refere a questões de afetividade, construção de gênero, relações interpessoais, e aprofunda o debate sobre sexualidade e gênero contribuindo assim para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

Para que os alunos tivessem acesso a uma formação integral, o Ministério da Educação (MEC, 1998) orientou, ainda, que as instituições de ensino incorporassem em seus planos pedagógicos os temas transversais, como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, pluralidade e cultura (BRASIL, 1998 p. 436). Estes temas que aparecem nas diversas áreas do conhecimento devem ser construídos a partir de uma perspectiva discursiva que abarquem a diversidade do currículo à procura de um trabalho que demonstre mais equidade nas temáticas sociais na escola e que articulem os conhecimentos através de atividades de sensibilização e empatia.

No trato com as questões de orientação sexual os PCN destacam, ainda, a importância de promover a discussão sobre gênero e sexualidade na escola visando contribuir com a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e que respeitem as diferenças e investem nos temas transversais como eixos temáticos que atravessam os conteúdos curriculares, contribuindo para a formação integral dos alunos. Assim propõem que a escola promova a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, infecções sexualmente transmissíveis (IST), que passou a ser adotada em substituição à expressão doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a gravidez na adolescência.

Embora a discussão sobre gênero e sexualidade nas políticas curriculares brasileiras seja um processo ainda em construção, podemos dizer que os PCN e a defesa pelos temas transversais representam um importante avanço na promoção da igualdade e do respeito à diversidade. Há de se destacar, todavia, que o tema Orientação Sexual não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCN, mas, sobretudo, que uma função formativa que atravessa fronteiras disciplinares e se expande seus efeitos em domínios dos mais heterogêneos e plurais.

Embora os PNC ainda sejam vigentes, a “transição” dos parâmetros para a Base Nacional Comum Curricular, (BNCC, 2017) eixa ver uma mudança significativa no currículo da educação básica brasileira. Um dos principais aspectos dessa mudança foi a inclusão dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Os TCTs são temas que perpassam todas as áreas do conhecimento e que são fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e participativos, tal como ocorre com os temas transversais, em que expressam temáticas

referentes à democracia, cidadania, discutindo questões importantes para a sociedade, sendo utilizadas conforme a necessidade e não como um conteúdo específico no bojo das aulas dos componentes disciplinares. Entretanto, os temas gênero e sexualidade não estão explicitamente expostos, e adentram de forma indireta, subtendida, com temas mais gerais, como: diversidade cultural; vida familiar e social; e educação em direitos humanos. Além disso, também pode ser trabalhado em áreas distintas, mas em terceiro plano. Com isso, já sentimos uma tentativa de encolhimento dessas discussões no cotidiano escolar, bem como um provável silenciamento dessa temática nos currículos oficiais.

As Competências Específicas de Ciências da Natureza (BNCC, 2018) para o Ensino Fundamental permite construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza, como também visa conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. (BNCC, 2018, p 324).

Frente ao exposto, quando a escola propõe discutir os Temas Contemporâneos Transversais, ela visa à promoção e integração das ações educativas de modo contextualizado se utilizando dos princípios da transversalidade. A Base Nacional Comum Curricular Brasil (2016), considera os critérios de relevância e pertinência sociais, bem como e apenas visando à experimentação do corpo biológico. Este é um campo de pesquisa que investiga as possibilidades de intervenção e modificação do corpo humano.

As propostas curriculares podem ser interpretadas como discursos, conforme defende a perspectiva crítica do currículo. Essa visão reconhece que o currículo não é um documento neutro e técnico, mas sim um produto social e cultural que reflete e perpetua diferentes visões de mundo, valores e interesses.

Sandra Corazza, (2000) afirma que a formulação do discurso curricular tem "uma função governamental, que inscreve formas calculadas de ação sobre as condutas e relações de cada indivíduo e da população, para atingir certos objetivos sociais e políticos. Um discurso vinculado a tecnologias de governo, que habilitam os indivíduos a viverem tipos particulares de experiências, e a se tornarem determinados tipos de sujeitos".

Para Foucault, (1966), os discursos produzem palavras de ordem e argumenta que os discursos são uma forma de poder. Em seu livro *As palavras e as coisas*, (Foucault, 1966, p.53) afirma que as ciências humanas não são uma simples descrição do mundo, mas sim uma construção histórica. Ele mostra como os conceitos que utilizamos para pensar o mundo são produtos de uma determinada época e de uma determinada cultura; que a educação é um campo de poder e que os discursos sobre gênero e sexualidade são uma forma de controle social, mostra como as escolas produzem e reproduzem discursos sobre gênero e sexualidade que são heteronormativos e sexistas.

No contexto da questão proposta, podemos pensar que as produções discursivas que emergem das práticas docentes sobre gênero e sexualidade são, em grande medida, uma reprodução dos discursos dominantes na sociedade. Esses discursos são produzidos por uma variedade de fontes, incluindo a mídia, a religião e a família. Eles são transmitidos às crianças e aos adolescentes desde cedo e acabam sendo internalizados por eles. Assim, é possível afirmar que os discursos sobre gênero e sexualidade nas práticas docentes contribuem para a construção de uma sociedade heteronormativa e sexista. Eles contribuem para a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, e para a invisibilização de outras identificações de gênero e sexualidades.

1660

Há uma necessidade de abandonarmos os sentidos conservadores das palavras como simples ferramentas de comunicação. Ao nomearmos as coisas, as categorizamos e as tornamos inteligíveis, conferindo-lhes significado e existência. As palavras (e os discursos), portanto, não apenas refletem a realidade, mas também as criam e as recriam constantemente.

As palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece (Larrosa, 2002, p. 20- 21).

A citação de Jorge Larrosa, (2002) extraída de seu livro *"Pedagogia Profana"*, convida-nos a mergulhar em um universo de reflexões sobre o poder das palavras. Através de

uma linguagem poética e instigante, o autor nos apresenta uma visão que transcende a mera instrumentalidade da linguagem, levando-a ao patamar de uma força transformadora da realidade.

Mais do que ferramentas de comunicação, as palavras são instrumentos de subjetivação. Elas muitas vezes modelam a maneira como nos vemos e nos interpretamos, influenciando nossas atitudes no mundo. Ao internalizarmos as normas e valores presentes na linguagem, nos tornamos sujeitos de determinados discursos e práticas sociais. As palavras, portanto, nos constroem como indivíduos e nos inserem em uma teia de relações de poder. Larrosa nos convida a repensar a relação entre linguagem e pensamento. Afirma ele que não pensamos com ideias abstratas, mas sim com palavras. A linguagem é a matéria-prima de nosso pensar, moldando a maneira como interpretamos e processamos informações, por isso, produzem discursos às vezes tão sólidos que os temos como únicas verdades possíveis. Assim, os discursos vão se tornando dominantes, sobretudo, quando beneficiam alguns grupos sociais em detrimento de outros, permitindo-nos reafirmar que os discursos são relações de poder.

No entanto, é possível pensar que as práticas docentes podem ser um espaço de resistência aos discursos dominantes. Os professores podem optar por abordar as questões de gênero e sexualidade de forma crítica e inclusiva, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É importante que os professores estejam conscientes dos discursos que estão (re)produzindo em suas práticas. Eles precisam estar abertos ao diálogo e às aprendizagens, e estarem dispostos a desafiar os padrões heteronormativos e sexistas, promovendo o diálogo e a discussão, criando um espaço seguro para que os estudantes possam expressar suas dúvidas e opiniões, desenvolverem um pensamento crítico sobre essas questões e buscarem desenvolver a autoconfiança, o auto respeito e o respeito à diversidade. Raic, (2020), nos diz que,

Vivemos num mundo em que os mundos são moventes, onde a vida, uma vida, faz-se ver pela sua natureza singular, produzida por intensidades que se encontram e fazem acontecer. Tudo é e está em movimento, não havendo lugar para algo superior, transcendente a todas as coisas, nem mesmo para um sujeito operando sobre um objeto, controlando-o ou, ainda, para o suposto contrário. (Raic, 2020, p.60).

Raic (2020, p.600, nos fala de mundo pulsante, em constante movimento, onde a vida se manifesta em sua singularidade, atravessada por encontros e interações intensas. Essa perspectiva se contrapõe às visões tradicionais que propõem um mundo estático, dividido em dicotomias como sujeito e objeto, transcendência e imanência. A autora destaca a fluidez e a transformação constante do mundo, onde nada é fixo ou imutável. Essa ideia remete à filosofia do processo, que afirma a realidade como um fluxo contínuo de mudanças e interconexões; a vida, em sua multiplicidade, se expressa de forma única e individualizada e cada ser vivo carrega em si uma história e uma experiência particular, moldadas por seus encontros com o mundo ao seu redor. Utiliza o termo "intensidades" para se referir às forças e energias que impulsionam a vida. Essas intensidades se encontram e interagem, gerando transformações e novos modos de existência. Como pensar em práticas pedagógicas que favoreçam e produzam discursos mais afirmativos da vida? Como romper com palavras de ordem que nos mantem afastados de nós mesmos e da diversidade tantos "outros"? São perguntas que não serão respondidas aqui, mas que nos instigam nesse estudo em desenvolvimento.

PRÁTICAS DOCENTES E O ENSINO DE CIÊNCIAS

1662

A educação em gênero e sexualidade é uma importante ferramenta para a formação de pessoas conscientes e respeitosos à diversidade, como já dissemos. No entanto, a abordagem dessa temática na escola ainda é um desafio, pois, muitas vezes, é restrita à dimensão biológica apenas, maneira muito superficial. As práticas docentes desempenham um papel fundamental nas práticas discursivas de gênero e sexualidade na escola. Os professores são responsáveis pela seleção de conteúdos, de metodologias e das avaliações que serão utilizadas em sala de aula. Acreditamos que o ensino de ciências é uma área que pode contribuir para a abordagem de gênero e sexualidade de forma mais ampla e significativa, superando a visão conservadora da redução do corpo à dimensão biológica, podendo ajudar os alunos a compreenderem a diversidade de gênero e sexualidade, bem como os direitos e as garantias de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, dentre outros (LGBTQIA+) . Desconstruindo mitos e estereótipos, a biologia pode ajudar a desconstruir a falsa ideia de que sexo e gênero são binários e biologicamente determinados. Ao estudar os cromossomos, hormônios e anatomia humana, os alunos podem compreender a complexidade da variação biológica e a ampla gama de expressões de gênero existentes. A teoria da evolução pode explicar a diversidade de comportamentos sexuais e

identidades de gênero como adaptações vantajosas para diferentes espécies. Isso pode ajudar a combater a homofobia e a transfobia, que muitas vezes se baseiam na ideia de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são "naturais". A neurociência pode mostrar que a orientação sexual e a identidade de gênero não são escolhas, mas sim características inatas do cérebro. Isso pode ajudar a reduzir o estigma e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+.

Louro (2001), referência em estudos de gênero e sexualidade na educação, oferece uma lente crítica para analisarmos as relações de poder presentes nas práticas docentes e no ensino de Ciências. Através de sua perspectiva, podemos desnaturalizar as normas de gênero e sexualidade que permeiam o currículo, os materiais didáticos e as interações em sala de aula. A autora destaca que gênero e sexualidade não são características biológicas inatas, mas sim construções sociais e históricas. As normas que definem o que significa ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, variam de acordo com o contexto cultural e histórico.

O ensino de Ciências, tradicionalmente masculinizado e heteronormativo, tende a invisibilizar as contribuições de mulheres e pessoas LGBTQIA+ e a perpetuar estereótipos de gênero. Isso pode levar à desmotivação e à exclusão de estudantes que não se identificam com essas normas. Na desconstrução de estereótipos é preciso questionar a invisibilidade das mulheres e pessoas LGBTQIA+ na história da ciência e nos materiais didáticos, apresentar exemplos de cientistas de diferentes gêneros e orientações sexuais, promovendo debates sobre os estereótipos de gênero presentes na ciência. Abordando também a inclusão da diversidade sexual, em um ambiente seguro e acolhedor para que estudantes LGBTQIA+ se expressem livremente, evitando linguagem discriminatória e promovendo o respeito à diversidade, abordando temas como sexualidade e saúde sexual de forma científica e respeitosa.

Devemos fazer uma reflexão crítica sobre as práticas docentes e analisar como as próprias concepções de gênero e sexualidade dos professores influenciam as suas práticas pedagógicas. As práticas docentes devem ser transformadoras utilizando materiais didáticos que apresentem a ciência de forma plural e inclusiva, buscando a promoção de atividades que incentivem a participação de todos os estudantes, independentemente do gênero ou orientação sexual, realizando projetos de pesquisa que explorem as relações entre gênero, sexualidade e ciência.

A perspectiva crítica de Louro (1997) nos convida a repensar o ensino de Ciências de forma mais justa e inclusiva. Ao desconstruirmos as palavras de ordem que ditam normas de

gênero e sexualidade presentes na sala de aula, podemos construir um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante para todos os estudantes, isto porque,

[...] não se deve imaginar um mundo dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (Foucault, 1998, p.96 apud Louro, 2003, p. 42).

Em Foucault (1998, p.96), conforme Louro (2003, p. 42), está presente uma visão crítica da relação entre os discursos, desafiando a ideia de uma divisão dicotômica entre "admitido" e "excluído", "dominante" e "dominado". Foucault rejeita a visão simplificada que categoriza os discursos em "bons" e "maus", "verdadeiros" e "falsos", "poderosos" e "fracos". Essa lógica binária ignora a complexa teia de relações e as múltiplas vozes que compõem o mundo social. O autor destaca a riqueza e a diversidade dos discursos, reconhecendo que cada um possui sua própria história, função e efeitos. Essa multiplicidade reflete a variedade de perspectivas, experiências e saberes presentes na sociedade. Os discursos não são entidades estáticas, mas sim ferramentas dinâmicas utilizadas por indivíduos e grupos para alcançar diferentes objetivos. Eles podem ser combinados, adaptados e recontextualizados de acordo com as estratégias discursivas em jogo. Nesse sentido, o ensino de ciências vai se afirmando como um espaço especial para desconstruções dos conservadorismos que insistem em se manterem e seguirmos em direção às produções discursivas mais afirmativas da diversidades, como temos argumentado até aqui.

1664

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Esse estudo se lança sobre as produções discursivas que emergem das práticas docentes em torno dos temas de gênero e sexualidade nas aulas de ciências e como se constituem em “palavras de ordem” nas práticas sociais dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental, apresenta um papel crucial na desnaturalização da visão hegemônica e essencialista de gênero e sexualidade que, muitas vezes, permeia o ensino de ciências. Ao problematizar essa perspectiva reducionista e limitada, a pesquisa abre caminho para a construção de um conhecimento científico mais abrangente, crítico e engajado com as realidades sociais e culturais dos alunos.

A pesquisa demonstra como a visão biológica de gênero e sexualidade, presente em muitos currículos e práticas pedagógicas, ignora a complexa e multifacetada natureza da identidade humana. Ao se concentrar em aspectos biológicos como cromossomos, hormônios e anatomia, essa visão reifica categorias binárias de "homem" e "mulher", reforçando estereótipos e invisibilizando a diversidade de vivências e experiências de gênero e sexualidade.

As palavras não apenas expressam nossos pensamentos, mas também os condicionam e os limitam. Diante da força das palavras, surge a necessidade de uma reflexão crítica sobre a linguagem que utilizamos, quando nos referimos a gênero e sexualidade em nosso cotidiano. É preciso estarmos atentos aos discursos que nos rodeiam e aos efeitos que eles produzem em nossas vidas. Ao questionarmos as normas e valores presentes na linguagem, podemos abrir espaço para novas formas de pensar e agir, construindo uma realidade mais justa e plural.

A educação escolar precisa integrar essas pautas a partir da sala de aula a fim de minimizar estes problemas através de práticas pedagógicas alinhadas às demandas da vida. Para que o conhecimento através de ações como a promoção do diálogo, a compreensão da diversidade e o incentivo a empatia, promova uma educação antidiscriminatória, contribuindo assim para a construção de uma sociedade equitativa a diversidade.

1665

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Red Revista Estudos Feministas. 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10 ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2016.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Salamaleques*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LOURO, Guacira. Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira. Lopes. (org). *Pedagogias da Sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FOUCAULT, Michel. (1966). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

RAIC, Daniele Farias Freire. *O Pedagogo-Bricoleur. Diferenças nas Tramas da Pedagogicidade*. Curitiba: Appris, 2020.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Autor 1:



Lêda Barreto Santos Reis
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação Científica
e Formação de Professores- UESB
Email: ledabreis8@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6918518853982463>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4761-4863>

1666

Autor 2:



Profª. Dra. Daniele Farias Freire Raic
Pequeno resumo, de até 4 linhas
Email: danielefreire.uesb@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4533758377131599>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1137-736X>